

Relato

Seminário sobre tarifas públicas no setor de energia realizado em outubro de 1989 na COPPE/UFRJ

A partir da década de 70 e, mais intensamente, a partir da crise econômica que afeta a economia brasileira nos anos 80, a questão dos preços vem, progressivamente, ganhando relevância na definição de políticas energéticas setoriais, seja no curto ou no longo prazo. Isto se dá principalmente em função do reconhecimento, praticamente consensual, da importância da política de preços na sustentação da atividade de produção e distribuição da energia e, fundamentalmente, no financiamento da expansão desta capacidade produtiva. Entretanto, tomar como parâmetro a inflação passada para reajustar as tarifas de energia elétrica e os preços dos derivados de petróleo, conforme propõem os técnicos das empresas, nos parece um método inadequado.

Atualmente é, pode-se dizer, unânime, entre os analistas e técnicos da área, o entendimento de que existe uma defasagem das tarifas de energia elétrica e dos preços dos derivados de petróleo. O problema aqui reside justamente em se definir o parâmetro em relação ao qual estas defasagens são calculadas. Quanto a isto, tanto o setor elétrico quanto a Petrobrás têm freqüentemente cometido o equívoco de calcular a perda da receita operacional em termos de "perda real", ou seja, redução das tarifas e preços em relação à inflação. Esta é, sem dúvida, uma dimensão relevante da questão dos preços públicos (e de qualquer preço numa economia cronicamente inflacionária), mas é preciso ter claro que ela abarca apenas um aspecto do problema. A "perda real" nos informa apenas de quanto variou a razão tarifa-preço/nível geral de preços num determinado período, ou seja, o valor desta razão no final do período em relação ao seu valor no início do mesmo. É, assim, um indicador da evolução do poder de compra das tarifas em relação aos demais preços da economia, mas não é um indicador do nível de rentabilidade do setor. Este depende da relação entre a tarifa (preço) e o custo incorrido pela empresa para fornecer o bem ou serviço em questão. Ocorre que, muitas vezes, apesar da inflação ser crescente no período, os custos das empresas podem estar caindo, em função de diversos fatores (de ordem tecnológica, por exemplo), de modo que perdas de seus preços em relação à inflação podem não representar perda de rentabilidade na atividade. Assim, quando essas empresas vêm a público reivindicar aumento de preços, seus custos de produção deveriam ser divulgados, para que a sociedade pudesse avaliar a pertinência da concessão de tais aumentos, nas proporções reivindicadas, ou melhor, para que se pudesse saber o que significam em termos da rentabilidade das empresas.

No caso do setor elétrico, de acordo com informações de técnicos da Eletrobrás, a defasagem tarifária atual em relação ao que seria necessário para recuperar a taxa de remuneração legal do setor - fixada em 12% a.a. - é hoje da ordem de 80%. Neste caso, o setor elétrico teria, nos últimos anos, perdido receita não só em relação a outros setores da economia (perda real), mas também em relação aos seus próprios custos. Porém, estes custos não foram divulgados.

Quanto ao setor petróleo, infelizmente, nada pode ser afirmado, dada a falta de transparência com que é tratada a questão dos preços e, principalmente, dos custos dos derivados de petróleo no país.

Concluindo, entendemos que o parâmetro mais relevante para avaliar as perdas e, por conseguinte, orientar uma política de reposição tarifária, não é a inflação, mas sim a taxa de remuneração da atividade. Defendemos mesmo que uma taxa de remuneração adequada é condição sine qua non para a sobrevivência de qualquer atividade e precisa portanto ser respeitada como forma de viabilizar a operação corrente e o crescimento a médio e longo prazos do setor. Contudo, não fornecendo informações sobre seus custos as empresas públicas (Eletrobrás e Petrobrás, no nosso exemplo) não permitem que a sociedade avalie suas reais necessidades financeiras e, deste modo, ao invés de servirem podem estar, na verdade, ferindo o interesse público. Assim, antes que defendendo-se dos chamados neoliberais, podem estar, ao contrário, dando munção para serem atacadas.